



**Defensoria Pública
BAHIA**

Instituição essencial à Justiça

CSDPE

Conselho Superior da Defensoria Pública do Estado da Bahia

ATA DA 151ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA

329 em implantação. O Conselheiro Subdefensor Público Geral aduziu que no sistema
330 anterior a Administração alimentava com os próprios dados, mas no atual há a
331 limitação, de modo que se houver necessidade, por exemplo, de 100 resmas de papel
332 por semana, mas o sistema impuser o limite de 80, terão que solicitar esse valor, o que
333 é um absurdo. Os Conselheiros Mônica de Paula Oliveira Pires de Aragão e Clériston
334 Cavalcante de Macedo aduziram que isso fere a autonomia da Instituição. O
335 Conselheiro Subdefensor Público Geral aduziu que já vem batendo de frente há muito
336 tempo. A Presidente do CSDPE aduziu que mesmo assim têm conseguido uma
337 agilidade de execução orçamentária acima da média. Alcançaram um índice de
338 execução que entende ser muito bom, pois execução orçamentária em torno de 95% é
339 considerada brilhante. O Conselheiro Clériston Cavalcante de Macedo aduziu que
340 nenhuma Secretaria, nenhum Poder, chega a 100%. Que é falácia acreditar que irá
341 alcançar. A Conselheira Mônica de Paula Oliveira Pires de Aragão aduziu que ninguém
342 chega a isso, chegam a 90% no máximo. A Presidente do CSDPE consignou que
343 nenhum poder consegue 100%, então os especialistas entendem que quando se
344 alcança em torno de 95% é brilhante a execução orçamentária. Aduziu que a DPE em
345 2011 e 2012 não executou 90% do orçamento, daí ter resultado altos saldos
346 orçamentários que foram transformados em superávit o que é muito ruim para a
347 imagem da Instituição. O Conselheiro Clériston Cavalcante de Macedo aduziu que
348 nunca entendeu isso como coisa boa, pois não são instituição financeira para ficar
349 poupando nada. Que têm uma instituição com falta de pessoal, capacitação, material e
350 ficam guardando dinheiro. A Presidente do CSDPE aduziu que o Estado coloca essa
351 situação e alega que deu o dinheiro e a gestão não executou. O Conselheiro Clériston
352 Cavalcante de Macedo aduziu que o Governo não dá instrumentos para executar, que
353 é uma via de mão dupla e não está questionando isso. A Presidente do CSDPE
354 consignou que por esse motivo não desanima e no segundo semestre, ainda em
355 agosto, espera encaminhar o projeto de lei. O Conselheiro Clériston Cavalcante de
356 Macedo questionou se será disponibilizado para os Conselheiros. A Presidente do
357 CSDPE respondeu afirmativamente. Aduziu que isso consta em ata e que ainda não
358 ocorreu porque o processo se encontrava na Casa Civil. O Conselheiro Subdefensor
359 Público Geral aduziu terem requisitado o processo, mas que o mesmo foi encaminhado
360 para o setor jurídico daquele órgão conforme informação. A Presidente do CSDPE
361 consignou que precisam encarar como uma questão de honra a aprovação dessa
362 estrutura de meio e por conseguinte a confecção da folha de pagamento. O
363 Conselheiro Clériston Cavalcante de Macedo aduziu que são coisas aparentemente
364 pequenas, mas que têm uma repercussão grande para uma instituição como a DPE. A
365 Presidente do CSDPE aduziu que a falta de estrutura meio paralisa às vezes a
366 instituição no seu processo de execução orçamentária, impedindo a implementação de
367 medidas importantes em tempo razoável. O Conselheiro Clériston Cavalcante de
368 Macedo consignou entender tudo isso e que uma das coisas que mais lamenta é esse
369 corte, que fere a autonomia da Defensoria Pública. Que já existe precedente no RS,

Handwritten signatures and initials in blue ink, including names like 'Cristina' and 'Cipriano'.



**Defensoria Pública
BAHIA**

Instituição essencial à Justiça

CSDPE

Conselho Superior da Defensoria Pública do Estado da Bahia

ATA DA 151ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA

370 MA e PB. A Presidente do CSDPE consignou que é uma proposta orçamentária e que
371 será aprovada em dezembro, como tradicionalmente ocorre, com exceção do ano
372 passado em que ocorreu em janeiro. A Presidente do CSDPE consignou que se o
373 Executivo disser que não há recurso, será pressionado abertura de crédito em razão da
374 existência de superávit para torná-lo em recurso orçamentário, para que o gestor de
375 2015 disponha de mais recursos orçamentários. A Conselheira Mônica de Paula
376 Oliveira Pires de Aragão aduziu que se não for assim o gestor não terá como gerir. O
377 Conselheiro Clériston Cavalcante de Macedo aduziu que são vários caminhos que a
378 Defensoria Pública poderá utilizar. Consignou que ainda bem que há o superávit
379 financeiro, o que não quer dizer que é uma coisa boa. Que nas outras Defensorias
380 citadas a ação judicial foi proposta. A Presidente do CSDPE consignou que a conversa
381 paralela torna o áudio inaudível. Ressaltou que a matéria é importante e pediu que se
382 evite a conversa paralela. O Conselheiro Clériston Cavalcante de Macedo consignou
383 que essa intromissão do Executivo sobre a proposta de orçamento da Defensoria é
384 algo que já vem ocorrendo há algum tempo. Iniciou no MA e depois foi para o RS e, no
385 ano passado, na PB. Que por isso brigaram ano passado pelo orçamento político e não
386 apenas técnico, pois se não disserem ao Executivo qual a real necessidade não têm
387 como brigar. Que colocam uma cota de 148 milhões de reais e dizem para a DPE se
388 virar com esse valor. Que a Presidente do CSDPE passou noites e noites para adequar
389 um valor a uma necessidade que é muito maior e isso é ferir a autonomia da
390 Defensoria. Que as outras Defensorias entraram com MS no STF que, por sua vez,
391 aduziu ser papel do Legislativo e não do Executivo, pois quem tem que limitar é o
392 Legislativo. Sabe que isso é uma briga política e que cabe ao gestor decidir participar
393 ou não. Que não está dizendo que é para a Presidente do CSDPE agir dessa forma,
394 mas apenas está alargando e trazendo essa possibilidade já utilizada por outras
395 Defensorias Públicas. A Presidente do CSDPE aduziu que a Administração também
396 discutiu isso. O Conselheiro Clériston Cavalcante de Macedo consignou que o que
397 acontece é que a DPE está crescendo e o Executivo não tem vontade política de
398 fortalecê-la, por achar que é um gasto e não um investimento. Que cabe aos mesmos
399 dizerem que é investimento. Por isso no ano anterior votou pela não aprovação do
400 orçamento, pois entende que o orçamento não é apenas técnico, mas também político.
401 Que é o instrumento político para dizerem ao Executivo, ainda que ele não atenda.
402 Sabe que há um ingerência sobre o Legislativo, com uma maioria que aprova aquilo
403 que o Executivo manda. Que é o que está acontecendo, haja vista o veto que não
404 conseguiu ser derrubado e outras coisas que têm acontecido. Que vê com bons olhos
405 quando a Presidência do CSDPE traz a preocupação com a questão para os
406 Conselheiros. Que era uma preocupação do mesmo no ano passado e que a
407 Presidente do CSDPE aduziu à época que o FIPLAN colocou a cota e foi feita a
408 estratégia que outros gestores já fizeram, que é diminuir o pessoal para forçar o
409 executivo a implementar o pessoal, tendo em vista que o primeiro ano de Governo vai
410 ser um ano complicado para investimento e custeio, seja de quem for, Rui, Lídice ou

Qualificação de Clériston Cavalcante de Macedo

Assinaturas manuscritas em azul e preto.



Defensoria Pública
BAHIA

Instituição essencial à Justiça

CSDPE

Conselho Superior da Defensoria Pública do Estado da Bahia

ATA DA 151ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA

411 Paulo Souto. Que pessoal o Governo tem sempre que suplementar, pois não vai deixar
412 de pagar 13º e outras demandas de pessoal. Aduziu que quando a Presidente do
413 CSDPE traz a demanda, o Conselheiro entende que quer dividir com os demais, para
414 então tomar a iniciativa que entender melhor, conjuntamente com a Administração e o
415 pessoal do Gabinete. Que enquanto Conselheiro tem a preocupação, e por isso fez o
416 requerimento, de buscar outros meios para sedimentar o entendimento que possui e
417 por isso também trouxe os números. Que a Presidente do Conselho vai se expor
418 quando pedir mais e não puder executar, permanecendo essa situação complicada.
419 Citou, como exemplo, um pai que dá uma mesada ao filho, sendo que não dará
420 novamente no mês seguinte se o valor não tiver sido totalmente utilizado, pois seria
421 como uma poupança. Desse modo dá apenas o necessário. Que é mais ou menos o
422 que acontece nas Instituições e por isso nem sempre executam todo o orçamento e
423 não chegam a 80 ou 90%, com o remanejamento para as Secretarias. A Presidente do
424 CSDPE aduziu haver notícias de que no Estado o maior superávit é o da DPE e isso é
425 uma aberração, pois a Instituição carece de muitas necessidades em sua estrutura em
426 todos os níveis. O Conselheiro Clériston Cavalcante de Macedo aduziu que sempre foi
427 o maior superávit de execução. Aduziu que é uma Instituição nova, que está sendo
428 sedimentada. Que ficou preocupado, pois politicamente é uma perda a diminuição da
429 cota e a Administração vai entender de que forma vai enfrentar isso, seja judicialmente
430 ou politicamente. Que nem sempre judicialmente se resolve as questões. Pois teria que
431 entrar com a ação, mandar para o STF, que já tem jurisprudência pacificada nesse
432 sentido. Mandaria para o legislativo e que não aprova pois não tem de onde tirar.
433 Aduziu para a Ouvidora Geral que emendas podem ser apresentadas, mas tem que
434 dizer de onde se vai tirar. A Presidente do CSDPE aduziu que a questão é complexa. O
435 Conselheiro Clériston consignou achar que é um enfrentamento que tem que ser feito,
436 mais político, já que a Presidência tem acesso ao Governador, para demonstrar a
437 carência da Instituição. Que se tivesse mantido ao menos o índice inflacionário, não
438 seria uma conquista, mas não haveria uma diminuição de 15 milhões. A Presidente do
439 CSDPE aduziu que era essa a expectativa. O Conselheiro Clériston Cavalcante de
440 Macedo aduziu que a cota é de 148 milhões. O Conselheiro Subdefensor Público Geral
441 aduziu ser 152 milhões. O Conselheiro Clériston Cavalcante de Macedo aduziu que
442 152 milhões é por conta da lei do Fundo. O Conselheiro Subdefensor Público Geral
443 aduziu não ser do Fundo, pois são duas fontes distintas, porque o valor do Fundo está
444 vinculado. O Conselheiro Clériston Cavalcante de Macedo aduziu que foi uma
445 diminuição de mais de quase 20 milhões. O Conselheiro Gil Braga de Castro Silva
446 questionou qual será a proposição do CSDPE. Vai enfrentar e mandar o orçamento
447 político do que precisam ou se entrarão na cota. O Conselheiro Subdefensor Público
448 Geral aduziu que são obrigados a alimentar o sistema do FIPLAN. Salientou que não
449 lançar seria um suicídio, pois seria como abrir mão da autonomia quando na verdade
450 estão querendo criar uma estratégia para batalhar por ela. O Conselheiro Gil Braga de
451 Castro Silva questionou qual seria então a estratégia. O Conselheiro Subdefensor

Clériston Cavalcante de Macedo *Gil Braga* *[Signature]* *[Signature]*



**Defensoria Pública
BAHIA**

Instituição essencial à Justiça

CSDPE

Conselho Superior da Defensoria Pública do Estado da Bahia

ATA DA 151ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA

452 Público Geral consignou que seria deixar um déficit proposital em relação a pessoal,
453 sabendo que haverá suplementação, pois investimento e custeio sabem que tem como,
454 em razão do remanejamento da proposta de orçamento apresentada. O Conselheiro
455 Gil Braga de Castro Silva questionou se o Conselho vai oficialiar o Governo com a
456 proposta que acreditam ser a correta. O Conselheiro Subdefensor Público Geral
457 respondeu afirmativamente. A Presidente da CSDPE aduziu que pretendem sim oficialiar
458 a SEPLAN expondo a irresignação. O Conselheiro Clériston Cavalcante de Macedo
459 consignou que a proposta está sendo feita ao contrário do que ocorria anteriormente.
460 Que antes do FIPLAN mandavam o ofício dizendo o que era na cota, com a proposta
461 ideal do Conselho. O que estão tentando fazer é o contrário, com a alimentação do
462 FIPLAN, como a SEPLAN determina. O Conselheiro Subdefensor Público Geral aduziu
463 que é como "garantir" aquele valor apontado no sistema e que é incontroverso. O
464 Conselheiro Gil Braga de Castro Silva questionou se faziam dessa forma antes. O
465 Conselheiro Clériston Cavalcante de Macedo aduziu que era ao contrário. O
466 Conselheiro Subdefensor Público Geral aduziu que ocorria ao contrário porque o
467 sistema permitia. O Conselheiro Clériston Cavalcante de Macedo aduziu que o sistema
468 não era tão fechado, não era o FIPLAN. Que nunca deixaram de fazer o lançamento,
469 mas colocavam o maior parte do valor em investimento e custeio, deixando o menor
470 valor em pessoal, para suplementar. Informavam que o Conselho aprovou 150 milhões
471 de reais e que era essa a proposta do Órgão Colegiado, para legitimar uma provável
472 ação judicial, pois não podem dizer que precisam de 150 milhões se não apresentaram
473 para o Governo essa necessidade, apesar da cota fechada. Que isso é ferir a
474 autonomia, é fato e ninguém contesta. Que o Executivo está apontando o valor de
475 148/150 milhões, e dizendo que a DPE se vire com esse valor, mas não fala como vão
476 gastar, porque isso cabe à Instituição que estrategicamente, internamente, vai dizer
477 quanto será de pessoal, por exemplo. Que aponta 25 novos Defensores como forma de
478 garantir esse valor para poder depois brigar, seja a atual gestão ou outra que vier, para
479 dizer que tem dinheiro para 25, não obstante ter ainda saldo esse ano para que possa
480 chamar mais. O Conselheiro Subdefensor Público Geral aduziu que isso vai ocorrer,
481 mas não tem como não alimentar o sistema. Esclareceu que essa estratégia que está
482 sendo utilizada pelo CSDPE soa muito mais formal, é grito de autonomia mais formal,
483 pois vão dizer para o Estado quanto querem, mas mostrarão estratégias para buscar
484 isso depois. O Conselheiro Clériston Cavalcante de Macedo aduziu que por isso falou
485 que era político, pois houve sim um entendimento político de aumento, uma vez que
486 houve ano com 74% de aumento no orçamento. O Conselheiro Gil Braga de Castro
487 Silva aduziu que seu receio é se conformarem com o orçamento. A Presidente do
488 CSDPE consignou que não estão se conformando. A Presidente do CSDPE consignou
489 que concederá a palavra a cada um dos Conselheiros, mas antes gostaria de
490 acrescentar em nível de informação que a idéia é lançar a proposta orçamentária no
491 FIPLAN, encarando como mero procedimento burocrático, pois se vêem acuados a
492 cumprir esse procedimento e simultaneamente encaminhar ofício competente.

Guilherme Gil Braga

[Handwritten signatures and initials]



Defensoria Pública
BAHIA

Instituição essencial à Justiça

CSDPE

Conselho Superior da Defensoria Pública do Estado da Bahia

ATA DA 151ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA

493 Consignou que na noite anterior observaram a necessidade de um incremento de 25%
494 sobre o orçamento passado, ou seja, em torno de 53 milhões, para poderem avançar.
495 O Conselheiro Clériston Cavalcante de Macedo aduziu que a Presidente do CSDPE
496 tem o instrumento que é através do PPA em que foi previsto um número maior e que
497 termina no ano que vem, em 2015. A Presidente do CSDPE aduziu que estão
498 questionando o TCE sobre esse PPA para a Defensoria. Está errado esse instrumento
499 na forma estabelecida que envolve várias gestões (2011/2012;2013/2014;2015...). O
500 Conselheiro Subdefensor Público Geral aduziu que o TCE fechou a auditoria semana
501 passada e mandaram um relatório questionando a não projeção de 2012 à 2015. A
502 resposta da Instituição foi de que em 2012 não existia EC 80 e em 2012 não existia a
503 LC 39 do Estado que reclassificou e eles na hora assimilaram que realmente aquilo que
504 foi projetado no PPA de 2012 para 2015 na DPE não mais se aplica. Que hoje existe
505 Comarca em que se instalarem a Defensoria e amanhã houver um concurso de
506 promoção, todos os Defensores vão sair de lá e vão para uma classe final, de modo
507 que não terá o que fazer com o investimento realizado na Comarca. Então eles
508 assimilaram e entenderam que a escassez do número de Defensores impede o
509 cumprimento rigoroso do PPA, pois na situação da DPE hoje tem que ser levado mais
510 em consideração o adensamento populacional nas Comarcas, em que já estão
511 presentes, principalmente nas Comarcas que foram elevadas e que praticamente tem
512 cerca de 50% da população da Bahia; onde têm maior adensamento populacional, que
513 é o que determina a emenda constitucional. Eles de imediato assimilaram e vão marcar
514 uma nova reunião com a DPE para fazer esses ajustes. Então, de maneira cega, não
515 há como ler o PPA de 2012 até 2015 e querer que seja aplicado à DPE. A Conselheira
516 Mônica de Paula Oliveira Pires de Aragão aduziu que não falou que deve ser de
517 maneira cega, mas que têm que levar em consideração o PPA para a aplicação dos
518 recursos orçamentários. O Conselheiro Clériston Cavalcante de Macedo aduziu ter
519 falado como instrumento de cobrança do Executivo, pois a lei foi aprovada para essa
520 finalidade. O Conselheiro Gil Braga de Castro Silva questionou se não há como cumprir
521 nenhum item do PPA. O Conselheiro Subdefensor Público Geral aduziu que dá, que
522 está falando em linhas gerais. O TC/BA é que identificou como ausência de expansão
523 da DPE nas cidades do interior e já assimilaram a razão pela qual não expandiu. Ao
524 executar o PPA estariam agredindo a norma e havendo um dispêndio de recurso
525 público, na contramão daquilo que a legislação evoluiu e eles de imediato assimilaram.
526 Foi algo que deu margem para que encerrassem a auditoria. A Presidente do CDPE
527 aduziu que no dia anterior conversaram muito sobre isso e que entendem ser uma
528 proposta orçamentária bem como terem até dezembro e no ano seguinte para lutarem
529 por outros valores. Entendem que podem até extrapolar não ficar na esfera
530 administrativa e chegar a judicializar. Para isso terão que estudar quais serão os
531 mecanismos mais inteligentes. Aduziu não ser muito otimista em relação ao Poder
532 Judiciário local. O Conselheiro Clériston Cavalcante de Macedo aduziu que teria que
533 ser direto ao STF. A Presidente da ADEP aduziu que para levar ao STF tem que

Subdefensor Público Geral Gil Braga

[Handwritten signatures and initials]



**Defensoria Pública
BAHIA**

Instituição essencial à Justiça

CSDPE

Conselho Superior da Defensoria Pública do Estado da Bahia

ATA DA 151ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA

534 esgotar no Estado, pois é preciso esgotamento prévio para a Ação de Descumprimento
535 de Preceito Fundamental. A Presidente do CSDPE aduziu que podem provocar outro
536 tipo de reclamação ou providências. Para partirem para um expediente dessa natureza,
537 precisam sentar, estudar e pesquisar o mecanismo que se supor mais exitoso porque
538 não se estará fazendo apenas para marcar posição, mas buscando algo que se tenha
539 êxito. O Conselheiro Gil Braga de Castro Silva questionou a metodologia da reunião. A
540 Presidente do CSDPE aduziu que irão ouvir todos e está participando o pensamento da
541 Administração, de modo que cumpririam esse procedimento burocrático, lançando no
542 sistema a proposta ora apresentada, assegurando o interesse em chamar os
543 aprovados no concurso de 2010 para Defensor assim como a implantação da estrutura
544 meio. Aduziu que com a estrutura meio, dentre outros procedimentos, a folha de
545 pagamento, se desvincularia da SAEB e em especial se poderia evitar os prejuízos no
546 processo de execução orçamentária devido a dependência operacional com a SAEB.
547 Reconhece a necessidade de se deflagrar uma luta para que não seja aprovado esse
548 valor. O Conselheiro Gil Braga de Castro Silva consignou a necessidade de ver o que
549 foi cumprido no ano anterior e queria ter noção do que efetivamente foi cumprido, pois
550 não pode votar os valores sem entender o que é cada coisa e pediu a ajuda da
551 Presidência nesse quesito. O Conselheiro Subdefensor Público Geral consignou que
552 para partir para aprovação entende que todos deveriam primeiro se manifestar. A
553 Conselheira Mônica de Paula Oliveira Pires de Aragão concordou e aduziu que o
554 Conselheiro Clériston Cavalcante de Macedo abriu uma fala, mas a mesma ainda não
555 falou. O Conselheiro Gil Braga de Castro Silva sugeriu que a Presidência explique
556 cada item e depois abrisse para as falas. A Presidente do CSDPE aduziu que, em
557 razão do adiantado da hora, ouvirá todos e, se for necessário, a mesma irá
558 complementar. O Conselheiro Subcorregedor Geral César Ulisses Oliveira Monteiro da
559 Costa lamentou a limitação que o Estado impõe às instituições, sobretudo àquelas que
560 não tem ainda autonomia financeira que é o caso da DPE, e buscam isso no meio
561 político e legislativo. Que é lamentável e acredita que é não querer enxergar a
562 importância da Instituição e um desrespeito à autonomia, não há como fugir desse
563 raciocínio. Mas diante da imposição orçamentária já limitativa da SEPLAN, da
564 necessidade de alimentação do sistema, e sabem que existem limitadores na
565 Instituição que não tem a participação líquida na renda do Estado e ficam a mercê da
566 variação de arrecadação do Estado e demais argumentos trazidos, o que cria
567 instabilidade como largamente discutido, e todas essas razões criam instabilidade e
568 precisam implementar os projetos, ampliar o número de atendimento, uma série de
569 coisas que não enxergam, e, às vezes a via extrema é judicializar, como têm feito
570 outros estados. Então trabalhando em cima desse limitador, como a Presidência do
571 CSDPE assegura, irão montar estratégias, irão montar estratégias de suplementação.
572 Então se há um prejuízo, vão buscar vias de se conseguir uma reposição dos valores e
573 até um acréscimo como precisam e foi estudado através das Diretorias. Então sugere
574 que possam discutir no CSDPE, se for o caso, mediante a aprovação, se for o caso, da

Gil Braga de Castro Silva
César Ulisses Oliveira Monteiro da Costa



Defensoria Pública
BAHIA

Instituição essencial à Justiça

CSDPE

Conselho Superior da Defensoria Pública do Estado da Bahia

ATA DA 151ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA

575 proposta colocada, o que é mais sensato no momento, podem ver se de logo cabe
576 tomar alguma medida e oficiar a Secretaria e tentar buscar de alguma forma e dar um
577 indicativo de que, em que pese irão cumprir, podem buscar um realinhamento do
578 orçamento de acordo com as necessidades. A Presidente da ADEP questionou se não
579 deveriam tentar a emenda no Legislativo, pois em outros Estados tentou-se a emenda.
580 O Subcorregedor Geral, César Ulisses Oliveira Monteiro da Costa aduziu que pode ser
581 estudada a possibilidade e uma coisa não exclui a outra que depende da oportunidade
582 e da conveniência, para não fazer algo impensado e no final não ter o resultado
583 pretendido. O Conselheiro Subcorregedor Geral aduziu que têm um prazo para cumprir
584 e um orçamento limitado pelo Estado. Que têm que trabalhar em cima disso e otimizar
585 ao máximo. Que não há muito como fugir dessa realidade nesse momento. A
586 Presidente do CSDPE pediu desculpa à Presidente da ADEP por ter invertido a ordem
587 das falas. A Presidente da ADEP aduziu que foi bom ouvir a idéia do Subcorregedor
588 Corregedor Geral e consignou que foi uma surpresa para todos, pois foi a primeira vez
589 que ocorreu uma redução. Que vem contrário tanto ao que o candidato ao governo
590 como o Governador têm dito publicamente em qualquer debate ou reportagem, de que
591 há um superávit no Governo. Que esteve participando de reunião onde o atual
592 Presidente do TCE, que tem uma ótima relação com a Presidente do CSDPE, disse na
593 mesa de articulação, e isso consta em ata, que o Governo teve um superávit de
594 arrecadação desde o ano passado. Que o mesmo é dito pelo Governador
595 publicamente, assim como pelo candidato ao Governo. Lhe causou estranheza ser
596 esse o argumento do Governo e não terem o percentual para fazer essa comparação
597 pois se o percentual reduziu o argumento cai por água abaixo. Se reduziu o valor, seria
598 estranho. Se foi menos que 0,45% de pessoal, isso mostra que o Governo não estaria
599 falando a verdade. Que precisam saber o percentual para saber a forma de brigar. Que
600 faz parte da Diretoria da ANADEP e discutiram em Brasília sobre qual posicionamento
601 tomar em relação à PB, onde o Conselho aprovou um orçamento maior e teve corte por
602 parte do Executivo e daí motivou o ajuizamento da ação junto ao Supremo. Que,
603 portanto, se o Conselho aprovar o orçamento não terá a mesam fundamentação para
604 ajuizar a ação. Tentou-se na assembleia uma emenda. Entrou-se com MS e perdeu no
605 TJ. Em seguida houve uma ação de descumprimento de preceito fundamental. Na hora
606 de tomar o posicionamento tem que ter cuidado com a aprovação, pois se constar na
607 ata que aprovou o orçamento, o Governo questionará como estão brigando por algo
608 que o Conselho aprovou. Então a ata tem que ser feita com muito cuidado nesse
609 sentido pois a autonomia é do Conselho e o que o Governo tentará descumprir é a
610 decisão do Conselho. Que não existe um percentual próprio para as Defensorias. Que
611 se foi reduzido o percentual é mais gritante ainda e há uma forma de briga. Em relação
612 à autonomia, o CSDPE tem autonomia e o Estado teve ingerência na autonomia
613 orçamentária do Conselho. Quem sabe a necessidade da DPE são o Conselho e a
614 Administração. O Conselheiro Subcorregedor Geral aduziu que não estão julgando o
615 que precisam, mas um pacote fechado, pois o sistema não aceita, logo o Estado não

Handwritten signatures and initials in blue ink, including names like 'Cip Braga' and 'M. S. S.'.



Defensoria Pública
BAHIA

Instituição essencial à Justiça

CSDPE

Conselho Superior da Defensoria Pública do Estado da Bahia

ATA DA 151ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA

616 pode dizer isso. A Presidente da ADEP aduziu ser pior ainda. A Presidente da ADEP
617 aduziu que deve constar que a DPE não pode parar, logo têm que alimentar o sistema,
618 não é que esteja aprovando. Seria como em uma ação de alimentos provisórios. A
619 Presidente do CSDPE aduziu que tem que ficar claro que ficaram irredimidos e que
620 colocaram desta forma porque não foi dada alternativa. A Presidente do CSDPE aduziu
621 que aprovam o encaminhamento dessa forma porque não lhes foi dado alternativa para
622 acessar o sistema, mas ficará consignado que o valor buscado é superior. O
623 Conselheiro Gil Braga de Castro Silva aduziu que o ofício deveria ser assinado por
624 todos os Conselheiros. A Presidente do CSDPE aduziu que pode constar na ata, mas
625 que a assinatura do ofício compete à mesma. O Conselheiro Subdefensor Público
626 Geral aduziu que é uma questão protocolar. O Conselheiro Gil Braga de Castro Silva
627 questionou qual seria o orçamento ideal. O Conselheiro Subdefensor Público Geral
628 aduziu que seria o apontado acrescido de 53 milhões. A Conselheira Mônica de Paula
629 Oliveira Pires de Aragão aduziu que seria um acréscimo em 25% do original. O
630 Conselheiro Clériston Cavalcante de Macedo questionou para o quê seriam esses 53
631 milhões. A Presidente da ADEP aduziu que deveriam mostrar como no ano passado. A
632 Presidente do CSDPE aduziu que não houve tempo hábil. Os Conselheiros Mônica de
633 Paula Oliveira Pires de Aragão e Gil Braga de Castro Silva sugeriram a marcação de
634 uma sessão extraordinária para o dia seguinte. A Presidência do CSDPE aduziu que
635 isso não pode repercutir no entendimento em relação à votação e aprovação. Que
636 podem marcar uma extraordinária para discutir o que será feito paralelamente. Que
637 precisam passar para a Diretora de Orçamento o valor a lançar ou não haverá tempo.
638 O Conselheiro Gil Braga de Castro Silva aduziu que quer conhecer a proposta para ter
639 margem de dar seu voto. O Conselheiro Gil Braga de Castro Silva aduziu que poderiam
640 aprovar essa e haver uma extraordinária para aprovarem o ideal. A Presidente do
641 CSDPE aduziu que só haverá uma semana para o lançamento e não há como protelar
642 mais. Que podem fazer uma sessão extraordinária para detalhar. Que previram com os
643 53 milhões a construção da sede de Vitória da Conquista, a implantação da estrutura
644 meio, nomeação de Defensores e etc. O Conselheiro Clériston Cavalcante de Macedo
645 questionou se a Diretora de Orçamento não poderia enviar para a sessão o que foi
646 colocado. A Presidente do CSDPE aduziu que não houve tempo da Diretora de
647 Orçamento concluir. A Presidente da ADEP aduziu que já existia na proposta de 2014 o
648 início da construção de Vitória da Conquista e que tem que haver uma explicação
649 porque não começou em 2014. Tem que confrontar com a proposta de 2014 e justificar
650 porque não conseguiu fazer em 2014, com os motivos. Que existem coisas de 2014
651 que não foram feitas. O Conselheiro Subdefensor Público Geral questionou se a
652 Presidente da ADEP fala como finalidade de estratégia do que precisam para 2015 ou
653 apenas de comparar. A Presidente da ADEP aduziu que essa seria a proposta ideal. A
654 Presidente do CSDPE aduziu que o foco agora é o orçamento de 2015 e não pode
655 parar para olhar o passado e que isso, se for o caso, é matéria para sessão
656 extraordinária. O Conselheiro Subdefensor Público Geral aduziu que a construção de

João Batista de Souza
Gil Braga

[Handwritten signatures and initials]